

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA****NATUREZA, JURISDIÇÃO, SEDE E FORO**

Art. 1º. O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, também designado pela sigla "**CRO-RO**", criado pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 68.704, de 03 de junho de 1971, constitui com o Conselho Federal de Odontologia e os demais Conselhos Regionais de Odontologia, uma autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. O **CRO-RO**, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal de Odontologia é dotado, também, de personalidade jurídica de direito público e autonomia financeira e administrativa.

Art. 2º. O **CRO-RO** se rege pelas disposições da Lei que o criou, do Decreto que a regulamentou, pelos atos do Conselho Federal de Odontologia e por este Regimento.

Art. 3º. A jurisdição do **CRO-RO** abrange todo o território do Estado e sua sede é na Capital.

Art. 4º. O foro do **CRO-RO** está localizado na Rua Duque de Caxias, 508 Bairro Caiari Capital do Estado de Rondônia e a Justiça Federal é a competente para processar e julgar as causas em que for interessado na condição de autor, réu, assistente ou oponente.

**CAPÍTULO II
FINALIDADE E CONSTITUIÇÃO**

Art. 5º. O **CRO-RO** é a unidade Regional através da qual a Autarquia, no estado de Rondônia, responde perante o poder público, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público que determinaram a sua criação.

Art. 6º. São finalidades do **CRO-RO**, em todo o território do Estado:

- I - Supervisionar a Ética profissional;
- II - Zelar pelo bom conceito das profissões de cirurgião-dentista, de técnico em prótese dentária, de técnico em higiene dental, de atendente de consultório dentário e de auxiliar de prótese dentária;
- III - Orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia, com a promoção e utilização dos meios de maior eficácia presumida;
- IV - Defender o livre e correto exercício da profissão de cirurgião-dentista e outras afins;
- V - Julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à Ética Profissional;
- VI - Funcionar como órgão consultivo de Governo, no que tange ao exercício e aos interesses profissionais da Odontologia;

VII - Contribuir para o aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais.

Parágrafo único. No atendimento de suas finalidades o **CRO-RO** exerce as seguintes funções:

- a) Deliberativa;
- b) Administrativa ou Executiva;
- c) Normativo - Regulamentar;
- d) Contenciosa;
- e) Supervisora; e,
- f) Disciplinar.

Art.7º. **CRO-RO** é constituído por 05(cinco) Membros Efetivos, designados pelo título de Conselheiros Regionais, e os suplentes, todos de Nacionalidades Brasileira, com mandato bienal, eleitos em escrutínio secreto, por maioria absoluta de votos dos cirurgiões-dentistas inscritos, na forma estabelecida pela Lei e, em regulamento especial, pelo Conselho Federal de Odontologia, previsto neste Regimento.

Nota:

- a) Os Conselhos Regionais com até 2.000 (dois mil) cirurgiões-dentistas inscritos terão 05 (cinco) suplentes;
- b) Entre 2.000 (dois mil) e até 5.000 (cinco mil) cirurgiões-dentistas inscritos terão 08 (oito) suplentes; e,
- c) Com mais de 5.000 (cinco mil) cirurgiões-dentistas inscritos terão 10 (dez) suplentes.

Art. 8º. A administração do **CRO-RO**, é exercida por uma Diretoria, com mandato bienal, integrada por 01(um) Presidente, 01(um) Secretário e 01(um) Tesoureiro, eleitos em escrutínio secreto, por maioria absoluta de votos, pelos membros efetivos e dentre eles escolhidos, como dispõe este Regimento.

Parágrafo único. Bienalmente, a eleição e posse dos membros da Diretoria ocorrerá em sessão em que forem empossados os membros eleitos para compor o Plenário.

Art. 9º. O **CRO-RO**, atenderá suas finalidades, através dos órgãos integrantes de sua estrutura.

CAPÍTULO III ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

Art. 10. A estrutura do **CRO-RO** compreende:

- I - Órgãos deliberativos: Assembléia Geral e Plenário;
- II - Órgãos deliberativo-executivos: Diretoria e Secretaria da Presidência, com os órgãos técnicos: Consultoria, Assessoria e Comissões;
- III - Órgãos auxiliares: Setores Administrativos, Delegacias e Escritórios de Representações;

Parágrafo único. Os órgãos a que se refere este artigo funcionarão coordenados, com hierarquia e atribuições definidas neste Regimento.

Art. 11. Através de sua Assembléia Geral, compete ao **CRO-RO**:

- I - Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II - Apreciar, anualmente, as contas da Diretoria;

- III - Autorizar as operações imobiliárias referentes às mutações que impliquem em reduções no valor de seu patrimônio;
- IV - Fixar ou alterar os valores das taxas, emolumentos e contribuições cobrados pela Autarquia;
- V - Eleger 01(um) Delegado e o respectivo suplente para participar da Assembléia a que se refere o artigo 3º, da Lei 4.324, de 14-04-64 e o artigo 5º do Decreto nº 68.704 de 03-06-71, que a regulamentou;
- VI - Deliberar sobre as questões ou consultas submetidas a sua decisão, pelo Plenário ou pela Diretoria;
- VII - Aprovar as atas de suas reuniões.

Art. 12. Através de seu Plenário, compete ao **CRO-RO**:

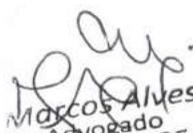
- I - Eleger a Diretoria, a Comissão de Tomadas de Contas, a Comissão de Ética e dar posse aos seus membros.
- II - Julgar e decidir, nos limites de sua competência legal, sobre matéria processual, orçamentária, disciplinar, normativa, eleitoral ou de ética profissional, especialmente quanto:
 - a) Às infrações, das disposições da Lei 4.324, de 14-04-84, do Decreto nº 68.704, de 03-08-71, que a regulamentou, da Lei nº 5.081, de 24-08-66, e das demais leis de interesse da Odontologia.;
 - b) Às infrações às disposições do Código de Ética Odontológica;
 - c) Ao deferimento de inscrições para fins de exercício profissional;
 - d) Ao cancelamento de inscrições;
 - e) À cassação do exercício profissional;
 - f) À imposição de penalidades;
 - g) Aos recursos interpostos às decisões da Diretoria;
 - h) À concessão de licença aos seus membros;
 - i) Aos pedidos de dispensa ou renúncia de seus membros;
 - j) Aos casos conflitivos ou omissos em Leis, Decretos, Regulamentos, neste Regimento ou em outros quaisquer atos normativos; e,
 - k) Aos assuntos relativos ao exercício das profissões de cirurgião-dentista, de técnico em higiene dental, de atendente de consultório dentário, de auxiliar de prótese dentária e às atividades vinculadas à Odontologia.
- III - Propor ao Conselho Federal de Odontologia emendas ou alterações da Lei nº 4.324, de 14-04-64, de seu Decreto regulamentador e da Lei nº 5.081, de 24-08-66, assim como a elaboração ou emendas de outras leis referentes ao exercício da Odontologia e profissões afins;
- IV - Aprovar e alterar o seu Regimento Interno, para homologação pelo Conselho Federal de Odontologia;

- V - Emitir pronunciamento sobre a elaboração do Código de Ética Odontológica e suas alterações, quando consultado pelo Conselho Federal de Odontologia;
- VI - Julgar os pedidos de inscrições e registros de candidatos às eleições para os cargos de Conselheiros e a função de Delegado-Eleitor;
- VII - Autorizar a instalação de Delegacias Regionais, Escritórios ou Representações, nos Municípios, para sua representação, e estabelecer as normas para o funcionamento;
- VIII - Apresentar e encaminhar à Assembléia Geral o relatório anual da Diretoria;
- IX - Apreciar os relatórios anuais de suas Delegacias, Escritórios e Representações;
- X - Propor à Assembléia Geral as operações imobiliárias a que se refere o item III, do artigo 11;
- XI - Elaborar e aprovar, anualmente, a programação de atividades mínimas a serem incluídas pela Diretoria em seu plano de administração;
- XII - Aprovar sua proposta orçamentária e as reformulações de seu orçamento;
- XIII - Apreciar e encaminhar à Assembléia Geral; anualmente, as contas da Diretoria;
- XIV - Autorizar a celebração de acordos ou convênios de assistência técnica e financeira com órgãos ou entidades públicas ou particulares, no sentido de obter deles e a eles oferecer cooperação em prol do desenvolvimento da Odontologia.
- XV - Autorizar e supervisionar, para fins de reconhecimento e habilitação ao exercício profissional, a fiscalização e o funcionamento em todo o Estado, ressalvada a competência dos órgãos próprios do Ministério da Educação, e de outros órgãos oficiais, de cursos ou exames de formação de cirurgiões-dentistas especialistas e de profissionais de atividades afins da Odontologia;
- XVI - Reconhecer as entidades associativas da classe;
- XVII - Conceder distinções ou honrarias em nome do **CRO-RO**;
- XVIII - Aprovar as atas de suas reuniões;
- XIX - Delegar sua competência;
- XX - Cumprir e fazer cumprir este Regimento; e,
- XXI - Autorizar as operações relativas às mutações de seu patrimônio, salvo aquelas a que se refere o item III, do artigo 11.

Art. 13. Através de sua Diretoria, assessorada por seus órgãos técnicos e auxiliares, coordenados pela Secretaria da Presidência, compete ao **CRO-RO**:

- I - Administrar a Autarquia, expedindo as instruções necessárias a um constante aprimoramento de seus serviços;


Hamilton Cavalcante dos Santos
Presidente CRO/RO


Marcos Alves
Advogado
OAB/RO 5136

- II - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Federal de Odontologia, de sua Assembléia Geral e de seu Plenário;
- III - Instruir os processos a serem apreciados pela Assembléia Geral e pelo Plenário;
- IV - Orientar, disciplinar e fiscalizar, através de instruções, em todo o território de sua jurisdição, a fiel execução das normas regulamentares do exercício da profissão de Cirurgião-Dentista e das atividades afins da Odontologia, adotando providências para manter a uniformidade daquela execução.
- V - Propor ao Conselho Federal de Odontologia as medidas que, no âmbito Federal, sejam necessárias à regularidade de suas atividades e à fiscalização do exercício profissional.
- VI - Elaborar:
 - a) Seu Regimento Interno;
 - b) O relatório anual de suas atividades;
 - c) Suas propostas orçamentária e de reformulação de seu orçamento;
 - d) As propostas de abertura de créditos adicionais, especiais ou suplementares ao seu orçamento;
 - e) Seu processo de prestação de contas, e,
 - f) Sua tabela de empregos, com base na legislação trabalhista.
- VII - Criar e designar os integrantes de Consultorias, Assessorias e Comissões para a execução de determinadas tarefas exigidas para o desempenho de sua competência, ou para atingir fins que não recomendem a criação de serviços permanentes, podendo compor os referidos órgãos, inclusive, com elementos estranhos a seus quadros;
- VIII - Publicar, periodicamente, em órgãos internos de divulgação, seus atos oficiais e matéria de interesse da administração da Autarquia;
- IX - Efetuar em livros próprios, a inscrição:
 - a) Dos cirurgiões-dentistas habilitados ao exercício da profissão, em sua jurisdição;
 - b) Dos cirurgiões-dentistas habilitados ao exercício das especialidades Odontológicas;
 - c) Dos profissionais habilitados ao exercício de atividades da Odontologia;
 - d) Das empresas, entidades e outras organizações que, a qualquer título, prestem ou intermedeiem serviços Odontológicos ou exerçam atividades assistenciais na área da Odontologia, de forma direta e/ou indireta;
- X - Organizar e manter atualizados, cadastros de âmbito estadual que arrolem:

- a) Os profissionais, as entidades e organizações e as honorarias a que se referem as alíneas do artigo anterior;
 - b) Os cursos de ensino odontológico, inclusive de pós-graduação, mestrado e especialização, reconhecidos pelo Conselho Federal; e,
 - c) Os cursos de formação de profissionais de atividades afins da Odontologia.
- XI - Exercer a fiscalização a que se refere o item XV, do artigo 12, considerada a vinculação, direta ou indireta, à Odontologia de:
 - a) Anúncio de propaganda; e,
 - b) Noticiários, pronunciamentos, entrevistas, ou quaisquer manifestações, através de órgãos leigos de comunicação.
 - XII - Fiscalizar as empresas, entidades e organizações referidas na alínea "a", do item X;
 - XIII - Propor ao Plenário a celebração dos acordos ou convênios de que trata o item XIV, do artigo 12;
 - XIV - Expedir carteiras e cartões de identidade para habilitação ao exercício, em sua jurisdição, das profissões vinculadas à odontologia, segundo os modelos aprovados pelo Conselho Federal de Odontologia;
 - XV - Expedir cartões de identificação funcional ou de credenciamento para os membros do CRO-RO, seus servidores ou terceiros, que a qualquer título, prestem à Autarquia serviços de natureza permanente;
 - XVI - Padronizar modelos de impressos para uso próprio;
 - XVII - Designar os Delegados Regionais, encarregados dos escritórios de Representação e Representantes;
 - XVIII - Delegar sua competência;
 - XIX - Exercer, "ad referendum", a competência do Plenário, quando exigida tal providência para a regularidade da administração; e,
 - XX - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

CAPÍTULO IV ASSEMBLÉIA GERAL

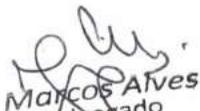
Art. 14. A Assembléia Geral é um órgão deliberativo do **CRO-RO**, constituído pelos cirurgiões-dentistas nele inscritos, que se achem no pleno gozo de seus direitos profissionais, e quites quanto a suas obrigações pecuniárias para com a Autarquia.

Parágrafo único. É vedado ao cirurgião-dentista titular de inscrição secundária no **CRO-RO**, a participação em sua Assembléia Geral.

Art. 15. A Assembléia Geral, quando instalada, funcionará com a seguinte estrutura:

- I - Mesa Diretora, integrada pelos 05(cinco) membros efetivos do **CRO-RO**;


 Edilton Cavalcante dos Santos
 Presidente CRO/RO


 Marcos Alves
 Advogado
 OAB/RO 5136

- II - Corpo de vogais constituído pelos cirurgiões-dentistas mencionados no artigo anterior, excetuados os integrantes da Mesa Diretora;
- III - Assessoria Técnica integrada pelos assessores técnicos convocados ou convidados;
- IV - Assessoria Executiva, integrada pelos servidores convocados para o desempenho de atividades auxiliares.

Art. 16. A presidência da Assembléia Geral e de sua Mesa Diretora será exercida, pelo Presidente do **CRO-RO**.

Art. 17. Os trabalhos da Assembléia Geral e de sua Mesa Diretora serão secretariados pelo Secretário do **CRO-RO**.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Presidente do CRO-RO, a presidência da Assembléia Geral e de sua Mesa Diretora será exercida cumulativa e sucessivamente, pelos demais membros da Mesa Diretora, observada a seguinte ordem: Secretário, Tesoureiro, e os outros dois membros, com a precedência do mais idoso.

Art. 18. Compete à Assembléia Geral o desempenho das disposições do artigo 11.

Art. 19. A Assembléia Geral reunir-se-á em sessões ordinárias:

- a) anualmente, na época própria, para apreciação das contas e do relatório da Diretoria; e,
- b) no prazo de 45(quarenta e cinco) dias após a data da posse dos novos membros de um Plenário eleito ou designado, para apreciação das contas e do relatório da Diretoria da composição substituída.

Parágrafo único. Nos casos de reeleição ou prorrogação do mandato é indispensável a reunião a que se refere a alínea "b".

Art. 20. A Assembléia Geral reunir-se-á em sessões extraordinárias para deliberar sobre questões de sua competência, excetuadas as previstas no artigo anterior, ou, quando da ocorrência de evento que, por seu vulto, importância ou urgência, a critério do Plenário ou da Diretoria, justifique a providência.

Art. 21. A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do **CRO-RO**, através de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data marcada para sua realização, do qual deverá constar expressamente: data, local e ordem do dia da reunião.

Art. 22. O "quorum" mínimo para a instalação da Assembléia Geral, em primeira convocação, é constituído pela maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número dos membros presentes.

§ 1º. A verificação do "quorum" precederá a abertura dos trabalhos das sessões e será feita através da chamada processada pelo Secretário e após a assinatura do livro de presença.

§ 2º. A inexistência de "quorum" na primeira convocação, implicará, na transferência da assembléia Geral para meia hora depois.

Art. 23. As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes, divulgadas através dos atos do Presidente e, constarão de atas das sessões respectivas, as quais serão, obrigatoriamente, assinadas pelos integrantes da Mesa Diretora e, optativamente, pelos membros do Corpo de vogais.

§ 1º. Ao término dos trabalhos, o Presidente suspenderá a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata, reabrindo-a, posteriormente, para a leitura, discussão, aprovação e assinatura da ata lavrada.

§ 2º. As alterações da ata constarão de termo aditivo que passará a integrar seu texto.

Art. 24. A Assembléia Geral reunida para o fim eleitoral a que se refere o item V, do artigo 11, observará, naquela eleição as normas específicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Odontologia sobre a matéria.

Art. 25. A leitura de documentos durante a sessão, poderá ser resumida por proposta da Mesa Diretora, submetida à Assembléia Geral.

Parágrafo único. Ao término da leitura resumida do documento, será concedida a palavra, somente para fins de esclarecimento pela Mesa Diretora quanto ao texto resumido, por 03(três) minutos, a quem a solicitar.

Art. 26. Para fazer uso da palavra, o participante da Assembleia Geral deverá inscrever-se, mediante comunicação verbal à Mesa Diretora, antes do início da discussão do assunto sobre o qual deseje pronunciar-se.

§ 1º. O Presidente louvando-se em informações do Secretário, determinará a sequência dos oradores na discussão, por ordem das respectivas solicitações, salvo quando, a critério justificado da Mesa Diretora, tal ordem deva ser alterada em benefício do encaminhamento da discussão.

§ 2º. Não será permitido o uso da palavra, durante a discussão, por mais de uma vez sobre o mesmo assunto, limitado o tempo respectivo a 05(cinco) minutos.

§ 3º. Os apartes serão solicitados à Mesa Diretora e admitidos com o consentimento do orador, apenas para esclarecimento.

§ 4º. Sem prejuízo do tempo destinado ao orador, é limitado a 02(dois) minutos o concedido a cada aparteante, podendo, porém, ser excedido este limite, quando o orador transferir ao aparteante, no todo ou em parte, o restante de seu tempo.

Art. 27. Mediante requerimento de qualquer membro participante e a critério da Mesa Diretora, poderá ser:

- a) Alterada a sequência dos assuntos constantes da Ordem do dia, respeitados os que se encontrarem em regime de urgência;
- b) Estabelecido critério prévio para a discussão e votação de determinados assuntos, e,
- c) Permitido o destaque de emendas.

Art. 28. Por proposta da Mesa Diretora, aprovada pela Assembléia Geral, poderá ser promovida, através da autoridade competente, a retirada do recinto da sessão, do participante, cujo procedimento o torne inconveniente ao processamento dos trabalhos.

CAPÍTULO V PLENÁRIO

Art. 29. O plenário é, também, um órgão deliberativo do CRO-RO constituído pelos 05(cinco) membros efetivos ou Conselheiros Regionais, no exercício de seus mandatos.

§ 1º. Na ocorrência de vaga, falta ou impedimento ocasional de Membro Efetivo, será convocado pelo Presidente, para substituí-lo, um Membro ou Conselheiro Regional Suplente que, após ser empossado no cargo, passa a exercê-lo em caráter de plena atividade, durante o período de duração da convocação.

§ 2º. O Conselheiro Regional que faltar, sem justificativa ou licença prévia, a 03(três) sessões consecutivas ou 06(seis) intercaladas, perderá o

mandato, sendo declarada a vacância do cargo, para fins de convocação de suplente.

§ 3º. O afastamento do cargo de Conselheiro, por licença ou qualquer outro motivo, por mais de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou intercalados, implicará na perda do mandato, sendo declarada a vacância do cargo, para fins de convocação de suplente.

§ 4º. Poderão ser integrados ao Plenário, na qualidade de convocados ou convidados, e participarem de seus trabalhos, sem direito a voto, os suplentes e outras pessoas, a critério da Diretoria.

Art. 30. O Plenário, em seus períodos de atividades, funcionará com a seguinte estrutura:

- I - Mesa Diretora, integrada pelos 03(três) Conselheiros no exercício dos cargos da Diretoria;
- II - Corpo de Vogais, constituído pelos 02(dois) Conselheiros não integrantes da Diretoria;
- III - Corpo de assistentes compreendendo os participantes a que se refere o **§ 4º.** do artigo anterior;
- IV - Assessoria Técnica, integrada pelos Assessores Técnicos convocados ou convidados; e,
- V - Assessoria Executiva, integrada pelos servidores convocados para o desempenho de atividades auxiliares.

Art. 31. A Presidência do Plenário é exercida pelo Presidente do CRO-RO _____.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Presidente, a Presidência do Plenário será exercida sucessivamente, pelos demais membros da Mesa Diretora, observada a seguinte ordem de precedência: Secretário e Tesoureiro.

Art. 32. Os trabalhos do Plenário serão secretariados pelo Secretário do CRO-RO _____.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Secretário a secretaria do Plenário será exercida por secretário "ad hoc", designado e empossado pelo Presidente, e escolhido entre os membros do Corpo de Vogais.

Art. 33. Compete ao Plenário o desempenho das disposições do artigo 12, decidindo, como órgão superior, sobre matéria processual, orçamentária, disciplinar, normativa, regimental, eleitoral ou de ética profissional.

Art. 34. O Plenário reunir-se-à, por convocação do Presidente, em sessões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único. As sessões terão caráter privado, podendo, no entanto, serem realizadas sessões secretas e públicas,

Art. 35. É ordinária a sessão cuja realização tenha sido prevista no programa anual de trabalhos do CRO-RO e as despesas respectivas incluídas na previsão orçamentária do exercício.

Parágrafo único. O intervalo entre duas sessões ordinárias consecutivas não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 36. É extraordinária a sessão convocada nos períodos de recesso do Plenário, quando da ocorrência de evento que, por seu vulto e importância, a critério da Diretoria, justifique a providência.

§ 1º. As despesas com a sessão extraordinária correrão à conta de créditos especiais.

§ 2º. A convocação de sessão extraordinária será específica para a apreciação do evento que a obrigar e precedida de justificação.

Art. 37. O Plenário delibera por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 1º. O "quorum" mínimo para deliberar será de 03(três) membros efetivos.

§ 2º. A verificação do "quorum" precederá a abertura dos trabalhos das sessões e será feita através de chamada processada pelo Secretário e após a assinatura do livro de presença.

§ 3º. A inexistência de "quorum" implicará na transferência da sessão, pelo Presidente, para outra hora ou outro dia.

Art. 38. As deliberações do Plenário serão divulgadas através de atos do Presidente e constarão das atas das sessões respectivas, que serão obrigatoriamente, assinadas pelos membros da Mesa Diretora e do Corpo de Vogais e, optativamente, pelos demais participantes das sessões.

Art. 39. As sessões ordinárias constarão de:

- I - Discussão e aprovação da ata da sessão anterior, cuja leitura será dispensada, se distribuídas cópias da mesma aos Conselheiros, com a antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas, da data da realização da sessão;
- II - Comunicações, inscrições de oradores e entrega à Mesa Diretora de Propostas e requerimentos a serem levados à consideração do Plenário;
- III - Ordem do dia, compreendendo:
 - a) Designação de comissões;
 - b) Distribuição de processos;
 - c) Trabalhos nas comissões;
 - d) Julgamento de processos;
 - e) Apreciação dos relatórios das comissões;
 - f) Discussão das propostas e requerimentos; e,
 - g) Assuntos gerais.

Art. 40. Em manual normativo e específico, serão compilados os procedimentos a serem observados durante os trabalhos das sessões.

Art. 41. São atribuições da Mesa, através de seus integrantes:

- I - Presidente:
 - a) Abrir, presidir, suspender, adiar e encerrar as sessões;
 - b) Designar Comissões e Relatores;
 - c) Dar posse aos membros suplentes convocados para participarem das sessões;
 - d) Designar membros "ad hoc" e dar-lhes posse;
 - e) Coordenar os trabalhos da Assessoria Técnica; e,
 - f) Exercer o voto de qualidade.
- II - Secretário:
 - a) Substituir o Presidente em seus impedimentos;
 - b) Fazer as verificações e proclamações de "quorum";
 - c) Apresentar e incorporar ao Plenário os integrantes do corpo de assistentes;
 - d) Coordenar os trabalhos das Comissões;
 - e) Supervisionar os trabalhos da Assessoria Executiva;
 - f) Supervisionar a elaboração da ata da sessão;
 - g) Fazer a distribuição dos processos;
 - h) Participar das comissões;
 - i) Participar dos debates;

- j) Exercer funções de relator;
- k) Exercer função "ad hoc"; e,
- l) Exercer o direito do voto.

III - Tesoureiro:

- a) Substituir o Presidente em seus impedimentos eventuais, na ausência do Secretário;
- b) Coordenar as atividades do Corpo de Vogais e do Corpo de Assistentes
- c) Participar das Comissões;
- d) Participar de debates;
- e) Exercer função de Relator;
- f) Exercer função "ad hoc"; e,
- g) Exercer o direito do voto.

Art. 42. São atribuições do Corpo de Vogais, através de seus integrantes:

- I - Substituir, por seu membro mais idoso, o Presidente em seus impedimentos eventuais, na ausência simultânea dos demais integrantes da Mesa Diretora;
- II - Participar de debates;
- III - Participar de Comissões;
- IV - Exercer a função de Relator;
- V - Exercer função "ad hoc"; e,
- VI - Exercer o direito do voto.

Art. 43. São atribuições do Corpo de Assistentes através de seus integrantes:

- I - Participar de Comissões; e,
- II - Participar de Debates.

Art. 44. São atribuições da Assessoria Técnica, através de seus integrantes:

- I - Participar de Comissões; e,
- II - Participar de debates, para esclarecimentos técnicos, quando interpelada e autorizada pelo presidente.

Art. 45. Cabe à Assessoria Executiva desempenhar as funções auxiliares de apoio ao processamento das sessões.

CAPÍTULO VI COMISSÃO DE TOMADA DA CONTAS

Art. 46. A Comissão de Tomadas de contas é um órgão assessor do Plenário, de caráter consultivo e fiscal.

Art. 47. Integram a Comissão de Tomadas de Contas 03(três) Conselheiros eleitos pelo Plenário, em escrutínio secreto, por maioria de votos.

§ 1º. A eleição e posse dos membros da Comissão de Tomadas de Contas deverá ocorrer na mesma sessão em que for eleita e empossada cada Diretoria.

§ 2º. Os mandatos dos membros da Comissão de Tomada de Contas são coincidentes com o de membro da Diretoria.

§ 3º. É incompatível o exercício simultâneo de cargo da Diretoria com o de membro da Comissão de Tomada de Contas.

§ 4º. Ficam impedidos de integrar a Comissão de tomada de Contas os ex-membros das Diretorias cujas contas ainda não tenham sido aprovadas pelo Plenário, ou o tenham sido parcialmente, ou com restrições.

§ 5º. Respeitado o limite máximo de seus 2/3(dois terços), a Comissão de Tomada de Contas poderá ser integrada por membros suplentes do CRO-RO.

Art. 48. Compete à Comissão de Tomada de Contas:

- I - Emitir parecer, para consideração e julgamento do Plenário, nos balancetes e processos de tomada de contas do **CRO-RO**, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:
 - a) Recebimento das rendas integrantes da receita;
 - b) Regularidade do processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou recebimento de legados, doações e subvenções;
 - c) Regularidade de procedimento de aquisições, alienações e baixas de bens patrimoniais;
 - d) Regularidade na transferência dos recursos da receita do Conselho Federal de Odontologia, arrecadada por intermédio do **CRO-RO**; e,
 - e) Regularidade dos documentos comprobatórios das despesas pagas.
- II - Requisitar ao Presidente todos os elementos que julgar necessários para o completo e perfeito desempenho de suas atribuições, inclusive assessoramento técnico.

Art. 49. Serão lavradas atas dos trabalhos das reuniões da Comissão de Tomada de Contas.

CAPÍTULO VII DIRETORIA

Art. 50. A Diretoria é um órgão deliberativo-executivo do **CRO-RO**, integrada por 03(três) conselheiros efetivos, eleitos pelo Plenário com mandato de 02(dois) anos, para o exercício dos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro.

§ 1º. A eleição, obedecerá ao critério de escrutínio secreto e será realizada em sessão ordinária, na data do término do mandato da Diretoria a ser substituída.

§ 2º. Os membros da Diretoria serão empossados, pelo Presidente do Plenário, na mesma sessão em que forem eleitos.

Art. 51. Na ocorrência de falta ou impedimento ocasional de membros da diretoria, as substituições serão automáticas e processadas da seguinte forma:

- I - O Secretário acumulará o exercício de seu cargo com o de Presidente;
- II - O Tesoureiro acumulará o exercício de seu cargo com o de Secretário.

Art. 52. O membro da diretoria que faltar, sem justificativa ou licença prévia do Conselho, a 03 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas, perderá o mandato, sendo declarada a vacância do cargo.

Art. 53. O afastamento do cargo da Diretoria, por licença ou por qualquer outro motivo por mais de 90 (noventa) dias, consecutivos ou intercalados, implicará na perda do mandato, sendo declarada a vacância do cargo.

Art. 54. Na ocorrência de vaga de qualquer cargo da diretoria, o Plenário fará nova eleição para o seu preenchimento, pelo tempo que restar do mandato a ser cumprido, na primeira reunião que se realizar após a verificação da vaga.

Parágrafo único. Até que se realize a eleição a que se refere este artigo a vaga será preenchida na forma prevista no artigo 51.

Art. 55. Compete à Diretoria, além do desempenho das disposições do artigo 13:

- I - Decidir, como órgão superior, os assuntos referentes às relações com os servidores do **CRO-RO**;
- II - Aprovar as atas de suas reuniões.

Art. 56. A responsabilidade administrativa e financeira do **CRO-RO** e sua representação ampla cabem ao Presidente através da ação coordenada com os demais membros da Diretoria na área político-profissional, administrativa e econômico-financeira.

§ 1º. As áreas político-profissional e administrativa cabem ao secretário.

§ 2º. A área econômico-financeira cabe ao Tesoureiro.

Art. 57. O órgão executivo e coordenador da Diretoria é a Secretaria da Presidência, com estrutura e atribuições definidas neste Regimento.

Art. 58. A Diretoria reunir-se-á, por convocação do Presidente, em sessões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único. As sessões terão caráter privado, podendo no entanto serem realizadas sessões secretas e públicas.

Art. 59. É ordinária a sessão cuja realização tenha sido prevista no programa anual de trabalho do **CRO-RO**, e as despesas respectivas, incluídas na previsão orçamentária do exercício.

Parágrafo Único. O intervalo entre duas sessões ordinárias consecutivas não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Art. 60. É extraordinária a sessão convocada quando da ocorrência de eventos, que, por seu vulto e importância, a critério do Presidente, justifique a providência.

§ 1º. As despesas com a realização de sessões extraordinárias correrão à conta de créditos especiais.

§ 2º. A convocação de sessão extraordinária será específica para a apreciação de evento que a obrigar e precedida de justificativa.

Art. 61. A Diretoria delibera por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 1º. O "quorum" mínimo para deliberar será de 02 (dois) membros.

§ 2º. A verificação do "quorum" precederá a abertura dos trabalhos das sessões e será feita através de chamada processada pelo Secretário e após a assinatura do livro de presenças.

§ 3º. A inexistência de "quorum" implicará na transferência da sessão pelo Presidente, para outra hora ou outro dia.

Art. 62. As deliberações da Diretoria serão divulgadas através de atos do Presidente e constarão das atas das sessões respectivas, que serão assinadas obrigatoriamente pelos membros da Diretoria e, optativamente, pelos eventuais participantes, convocados ou convidados.

Art. 63. As sessões ordinárias constarão de:

- I - Discussão e aprovação da ata da sessão anterior, cuja leitura será dispensada, se distribuídas cópias da mesma aos membros da Diretoria com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, da data da realização da sessão;
- II - Comunicações e entrega ao Secretário de propostas e requerimentos;
- III - Ordem do dia compreendendo:
 - a) Designação de Comissões;
 - b) Distribuição de processos;
 - c) Trabalho de Comissões;
 - d) Julgamento de processos;
 - e) Apreciação dos relatórios das Comissões;
 - f) Discussão de propostas e requerimentos; e,
 - g) Assuntos gerais.

Art. 64. Durante suas sessões a Diretoria contará com o assessoramento a que se referem os itens IV e V, do artigo 30.

Art. 65. Poderão participar das sessões da Diretoria, na qualidade de convocados ou convidados, sem direito a voto, além dos membros efetivos e suplentes do **CRO-RO**, outras pessoas, a critério do Presidente.

Art. 66. Em manual normativo e específico serão compilados os procedimentos a serem observados durante os trabalhos das sessões.

Art. 67. São atribuições do Presidente:

- I - Administrar em toda a plenitude a Autarquia;
- II - Representar a autarquia em solenidades, perante os poderes públicos, inclusive em juízo, e, em todas as relações com terceiros;
- III - Designar representantes ou procuradores;
- IV - Convocar e presidir a Assembléia Geral, sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e da Diretoria, e, outras reuniões do interesse da administração do **CRO-RO**;
- V - Determinar a pauta das sessões da Assembléia Geral, do Plenário e da Diretoria e das demais reuniões que deva presidir, e convocar ou convidar os participantes das mesmas;
- VI - Convocar na ocorrência de vaga, falta ou impedimento de Conselheiro, o suplente que o deva substituir;
- VII - Dar posse:
 - a) Ao cirurgião-dentista eleito para o cargo de Conselheiro Regional, na qualidade de membro efetivo ou suplente;
 - b) Aos Conselheiros Regionais eleitos para os cargos da Diretoria e da Comissão de Tomada de Contas; e,
 - c) Ao suplente convocado na forma prevista no item VI.
- VIII - Nomear membros "ad hoc" para o desempenho de funções ou exercício de cargos, nos impedimentos eventuais dos respectivos titulares e dar-lhes posse;
- IX - Designar Relatores;
- X - Designar os integrantes dos órgãos técnicos e auxiliares e os responsáveis pela execução de seus serviços, bem

como os respectivos substitutos e dar-lhes posse, quando for o caso;

- XI - Assinar termos de compromisso e de abertura e encerramento dos livros oficiais do **CRO-RO**, autenticando, por rubrica, as respectivas folhas;
- XII - Assinar com o Secretário, os atos que traduzam as deliberações da Assembléia Geral, do Plenário e da Diretoria.
- XIII - Autorizar a expedição de certidões;
- XIV - Conceder vista de processos;
- XV - Decidir questões de ordem e de fato;
- XVI - Fixar o horário do expediente da Autarquia;
- XVII - Propor à Diretoria a criação de funções ou empregos e provê-los, admitindo ou contratando servidores e dando-lhes posse, quando for o caso;
- XVIII - Arbitrar remunerações e gratificações por serviços prestados ao **CRO-RO**;
- XIX - Conceder elogios, férias, licenças, aplicar penalidades e dispensar servidores do **CRO-RO**;
- XX - Executar o orçamento aprovado;
- XXI - Movimentar as contas bancárias juntamente com o Tesoureiro, assinando os cheques e tudo o mais que se exija para o referido fim;
- XXII - Autorizar o pagamento das despesas orçamentárias e extra orçamentárias;
- XXIII - Proferir o voto de qualidade.
- XXIV - Decidir "ad referendum" da Diretoria e do Plenário, os casos que, por sua urgência ou importância, obriguem a adoção da providência;
- XXV - Delegar suas atribuições;
- XXVI - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 68. São atribuições do Secretário:

- I - Assessorar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
- II - Apreciar e instruir, para consideração da administração da Autarquia, sua orientação e adoção de procedimentos, os processos e assuntos de interesse da política profissional e de relacionamento com as demais entidades associativas ou representativas da classe;
- III - Supervisionar as atividades da Secretaria da Presidência e dos órgãos técnicos e auxiliares do **CRO-RO**, com exceção da área econômico-financeira;
- IV - Substituir o Presidente e o Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- V - Assinar, com o Presidente, os atos que traduzam as deliberações da Assembléia Geral, do Plenário e da Diretoria;
- VI - Proceder às verificações de "quorum" nas sessões do Plenário e da Diretoria;
- VII - Secretariar as reuniões da Assembléia Geral, do Plenário e da Diretoria;

- VIII - Elaborar as atas das sessões do Plenário e da Diretoria;
- IX - Elaborar, anualmente, o relatório do Conselho;
- X - Dar posse:
 - a) ao Conselheiro Regional reeleito, que se encontre no exercício da Presidência do Conselho; e,
 - b) Ao Presidente reeleito.
- XI - Delegar suas atribuições;
- XII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 69. São atribuições do Tesoureiro:

- I - Supervisionar as atividades dos órgãos técnicos e administrativos da área econômico-financeira, mantendo sob sua responsabilidade direta, o controle do patrimônio da Autarquia, a guarda dos papéis de crédito e a execução da arrecadação de sua receita;
- II - Substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos;
- III - Movimentar, juntamente com o Presidente as contas bancárias, assinando cheques e tudo o mais que se exija para o referido fim;
- IV - Assinar, com o Presidente, as prestações de contas e demais documentos relativos às atividades dos órgãos da área sob sua supervisão;
- V - Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária;
- VI - Delegar suas atribuições;
- VII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

CAPÍTULO VIII SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E ÓRGÃOS TÉCNICOS

Art. 70. A Secretaria da Presidência – SEPRES – é o órgão através do qual a Diretoria desempenha sua ação executiva, atuando diretamente sobre os órgãos técnicos e administrativos integrantes da estrutura da Autarquia, coordenando suas atividades.

Art. 71. Integram a SEPRES:

- I - Chefia;
- II - Seção de Coordenação – SECOR;
- III - Consultoria Jurídica – CONJUR;
- IV - Assessoria; e,
- V - Comissões.

Art. 72. Compete à SEPRES:

a) Através da SECOR:

- I - Coordenar, junto às chefias dos órgãos, as atividades dos mesmos, a fim de assegurar a uniformidade de procedimentos e o equilíbrio da dinâmica das respectivas rotinas;
- II - Assessorar a Diretoria e o Plenário através da instrução de processos e assuntos;
- III - Planejar os programas de orientação técnica das Delegacias, Escritórios de Representação e Representações;
- IV - Promover reuniões periódicas das chefias dos órgãos integrantes da estrutura do **CRO-RO**;

- V - Coligir, para estudo comparativo, informações sobre a administração dos demais Conselhos de Fiscalização profissional;
 - VI - Organizar repositórios das práticas de organização e métodos que se mostrarem eficientes;
 - VII - Elaborar projetos de reestruturação das administrações das Delegacias e Escritórios de Representação, supervisionando sua implantação progressiva;
 - VIII - Propor à Presidência a suspensão dos órgãos que se tornem superados por força de mudanças e condições, a transformação dos que, pelo mesmo motivo, perderem funções ou adquirirem outras, e, a criação dos necessários ao atendimento de necessidades novas;
 - IX - Propor a eliminação da duplicidade, concorrência e oposição de funções que, por qualquer forma, se evidenciem;
 - X - Observar a adequação estrutural dos órgãos administrativos da Autarquia às suas finalidades, propondo as modificações necessárias àquela adequação;
 - XI - Realizar estudos e pesquisas nas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação com o objetivo de simplificar os métodos e rotinas adotados para o desempenho de suas atribuições;
 - XII - Proceder, através de pesquisa, a elaboração de trabalhos estatísticos, necessários à avaliação da eficiência do atendimento de suas respectivas atribuições pelas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação, face aos recursos recebidos para sua execução;
 - XIII - Elaborar formulários e normas sobre instrução e tramitação de processos, bem como oferecer orientação quanto às providências a serem adotadas para facilitar as relações entre os órgãos integrantes da Autarquia e o público;
 - XIV - Elaborar normas para a confecção de relatórios e atos administrativos, preparar manuais, gráficos e outros elementos de utilidade para o funcionamento da Autarquia;
 - XV - Organizar e manter atualizada a documentação necessária às suas atividades.
- b) Através da CONJUR:
- I - Emitir pareceres, de natureza jurídica nos assuntos submetidos ao seu exame, por determinação do Presidente;
 - II - Elaborar e propor a expedição de normas que facilitem a uniforme aplicação da legislação, à base da doutrina e da jurisprudência, ou solucionem questões de caráter geral, relativas ao exercício das atividades vinculadas à Odontologia;

- III - Manter fichário de legislação e jurisprudência necessário ao desempenho de suas atividades;
 - IV - Estudar e elaborar anteprojetos de regulamentação complementar ou de alteração da legislação relativa ao exercício das atividades vinculadas à Odontologia;
 - V - Acompanhar, na esfera do Poder Judiciário, o andamento de processos que envolvam interesses da Autarquia;
 - VI - Prestar assistência e orientação jurídica às Delegacias Regionais e Escritórios de Representação, por determinação do Presidente.
- c) Através das Assessorias e Comissões, assessorar o Plenário e a Diretoria nos assuntos relativos a:
- I - Definição de atitudes e orientação sobre procedimentos a serem observados pelos órgãos integrantes da Autarquia no controle e na defesa dos interesses da Odontologia;
 - II - Elaboração de planos para prestação de assistência Odontológica e seu aperfeiçoamento, equacionados às condições socioeconômicas das populações e das regiões em que devam ser aplicados;
 - III - Instrução dos processos de inscrição no **CRO-RO** das entidades associativas, ou representativas, da classe;
 - IV - Aprimoramento técnico-científico de seus profissionais;
 - V - Definição, avaliação e reconhecimento dos títulos ou credenciais conferidas aos cirurgiões-dentistas como comprovante de habilitação ao anúncio do exercício das especialidades Odontológicas;
 - VI - Homologação de cursos de formação de especialistas ministrados por Entidades não sujeitas à fiscalização do Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos oficiais de ensino;
 - VII - Fiscalização, do exercício profissional, inclusive em hospitais e policlínicas, anúncios de propaganda vinculados à odontologia; dos estabelecimentos comerciais e industriais Odontológicos e da execução de convênios;
 - VIII - Racionalização do trabalho do cirurgião-dentista; prestação de serviços Odontológicos sob vínculo empregatício; remuneração dos diferentes tipos de trabalhos Odontológicos; e, formação de mão-de-obra auxiliar ao trabalho do cirurgião-dentista.
 - IX - Estabelecimento e manutenção de contatos com as entidades representativas ou associativas da classe e a Imprensa, nas áreas de promoção e de relacionamento, para a melhor conceituação da classe e de seus integrantes, junto às demais profissões e à sociedade;
 - X - Coleta, classificação e conservação de documentos; e, organização e manutenção de fichários de

legislação e atos oficiais e de jurisprudência firmada sobre matérias de interesse da Odontologia;

- XI - Acompanhamento da tramitação, nos órgãos dos poderes Executivos e Legislativos, de projetos ou processos que envolvam interesses da Odontologia e de seus profissionais;
- XII - Coleta e coordenação de dados para elaboração do relatório anual da Autarquia;
- XIII - Elaboração do Boletim do **CRO-RO**; promoção da impressão de publicações e divulgação de matéria doutrinária, informativa, crítica, noticiosa e dos conhecimentos referentes ao desempenho ético da profissão de cirurgião-dentista;
- XIV - Divulgação das atividades da Autarquia, inclusive, dos nomes dos profissionais, firmas e entidades, habilitados ao exercício de atividades vinculadas à Odontologia.

CAPÍTULO IX ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 73. Constituem órgãos auxiliares, os setores que prestam serviços de administração geral necessários ao desempenho das finalidades da Autarquia.

Art. 74. São órgãos auxiliares:

- I - Setor Econômico e Financeiro – **SEF**;
- II - Setor de Inscrição e Cadastro – **SIC**;
- III - Setor de Serviços Gerais – **SSG**;
- IV - Delegacias Regionais, Escritórios de Representação e Representantes – **DR, ER e REP**.

Art. 75. Integram o **SEF**:

- I - Chefia;
- II - Turma de Orçamento – **TOR**;
- III - Turma de Contabilidade – **TCON**; e,
- IV - Turma de Auditoria – **TAUD**.

Art. 76. Compete ao **SEF**:

a) Através de **TOR**:

- I - Elaborar, anualmente, de acordo com as instruções do Presidente e do Tesoureiro, a proposta orçamentária do **CRO-RO**, observados os princípios estabelecidos na legislação específica e as normas ditadas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Federal de Odontologia;
- II - Elaborar, anualmente, de acordo com as instruções dos respectivos dirigentes, as propostas orçamentárias das Delegacias e Escritórios de Representação, cujos serviços contábeis estejam a cargo do SEF, observadas também, as disposições do Conselho Federal de Odontologia sobre a matéria, além dos princípios e normas a que se refere o item anterior;
- III - Zelar pela fiel execução dos orçamentos do **CRO-RO**, e de suas Delegacias Regionais e Escritórios de representação;

- IV - Apreciar, para consideração do Plenário, os programas de trabalho em que as Delegacias Regionais e Escritórios de Representação baseiem suas propostas orçamentárias, a fim de harmonizá-las com diretrizes administrativas da Autarquia;
 - V - Propor medidas administrativas, financeiras e econômicas para correção dos desajustamentos que se verifiquem durante a execução dos orçamentos;
 - VI - Opinar sobre questões que direta ou indiretamente, se prendam à elaboração, execução e controle dos orçamentos;
 - VII - Controlar os saldos das dotações e emitir notas de empenho;
 - VIII - Cooperar no estudo das medidas relativas ao aperfeiçoamento do sistema de arrecadação das rendas do **CRO-RO**, e do Conselho Federal de Odontologia a seu cargo, confrontando as previsões com a receita arrecadada e identificando as causas das variações;
 - IX - Orientar e auxiliar, quando solicitado, as Delegacias Regionais e escritórios de Representação nos estudos relativos a sua administração orçamentária;
 - X - Manter a Diretoria a par do desenvolvimento da execução orçamentária, mediante relatórios trimestrais, com base em informações colhidas nos balancetes das Delegacias Regionais e Escritórios de Representação;
 - XI - Emitir parecer sobre processos de abertura de créditos e reformulações de orçamento;
 - XII - Sugerir os prazos a serem observados pelas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação para remessa, ao **CRO-RO**, de suas propostas orçamentárias, reformulações de orçamento e abertura de créditos.
- b) Através da **TCON**:
- I - Proceder aos registros contábeis baseados nos documentos comprobatórios das operações econômico-financeiras, após seu exame legal, aritmético, moral e contábil;
 - II - Preparar os balancetes e prestações de contas, observados os princípios estabelecidos na legislação específica e as normas ditadas pelo Conselho Federal de Odontologia;
 - III - Padronizar e coordenar os balanços e demonstrações de contas das Delegacias e Escritórios de Representação;
 - IV - Sugerir os prazos a serem observados pelas Delegacias e Escritórios de Representação para a remessa ao **CRO-RO** de suas prestações de contas;
 - V - Examinar as comprovações dos adiantamentos concedidos aos servidores e representantes;

VI - Manter atualizado o registro dos responsáveis por adiantamentos, controlando os respectivos prazos de comprovação.

c) Através da **TAUD**:

I - Elaborar, anualmente, a programação das auditorias a serem processadas nas Delegacias e Escritórios de representação;

II - Proceder às auditorias "in loco" e processos de prestação de contas elaborando pareceres ou relatórios e emitindo certificados;

III - Efetuar exames de documentos e verificações de escriturações contábeis.

Art. 77. Integram o **SIC**:

I - Chefia;

II - Turma de Inscrições – **TUI**;

III - Turma de Cadastro – **TUC**.

Art. 78. Compete ao **SIC**:

I - Efetuar as inscrições a que se refere o item IX, do artigo 13;

II - Guardar e conservar os livros de inscrição;

III - Guardar e conservar o acervo de processos de inscrição.

a) Através da **TUC**:

I - Organizar e manter atualizado os cadastros a que se refere o item X, do artigo 13;

II - Elaborar relatórios estatísticos.

Art. 79. Integram o **SSG**:

I - Chefia;

II - Turma de Protocolo e Arquivo – **TPA**;

III - Turma de Pessoal e Material – **TPM**;

IV - Turma de Expediente e Biblioteca – **TEB**;

V - Turma de Mecanografia – **TMC**;

VI - Turma de Recepção e Zeladoria – **TRZ**.

Art. 80. Compete ao **SSG**:

a) Através da **TPA**:

I - Receber, registrar, numerar, distribuir, expedir e guardar correspondência;

II - Processar em autos protocolizados e fichados, com folhas numeradas e rubricadas, os assuntos a serem submetidos a estudo, discussão ou votação, arquivando-os após as decisões respectivas.

b) Através da **TPM**:

- I - Appreciar questões relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores, bem como a ação disciplinar que sobre os mesmos possam incidir e, conforme o caso, orientar e fiscalizar a aplicação da legislação respectiva;
- II - Opinar quanto à celebração, renovação, alteração ou rescisão de contrato pessoal;
- III - Lavrar os atos pertinentes às relações com os servidores, providenciando a sua divulgação, quando for o caso;
- IV - Organizar e manter atualizados os elementos e registros relativos à vida funcional dos servidores, necessários, inclusive, a avaliação de merecimento e antiguidade para o processamento de melhorias salariais;
- V - Anotar as carteiras profissionais dos servidores;
- VI - Emitir cartões de identidade profissional;
- VII - Organizar e manter atualizado em local visível o quadro de horário de trabalho, conforme modelo oficial;
- VIII - Averbar descontos e verificar sua efetivação;
- IX - Organizar e manter atualizadas contas correntes dos servidores, em fichas financeiras individuais;
- X - Elaborar folhas de pagamento e quaisquer outros expedientes relativos ao pagamento de pessoal;
- XI - Controlar a freqüência dos servidores;
- XII - Elaborar, anualmente, em coordenação com os setores integrantes, a escala de férias dos servidores e fiscalizar seu cumprimento;
- XIII - Zelar pelo atendimento das normas de higiene, segurança e racionalização do trabalho, previstas em leis e regulamentos;
- XIV - Zelar pela observância de legislações trabalhistas e da previdência social, inclusive quanto ao cumprimento de prazos;
- XV - Organizar e manter atualizados: fichários de legislação e jurisprudência; e a documentação necessária ao desempenho de suas atividades;
- XVI - Manifestar-se sobre questões que digam respeito às relações de emprego;
- XVII - Appreciar e instruir os processos relativos à contratação de serviços temporários;
- XVIII - Acompanhar as questões que envolvam interesses da Autarquia;
- XIX - Promover o aperfeiçoamento e o treinamento, em serviço, dos servidores;
- XX - Promover as aquisições de material e prestação de serviços, observadas as normas e os preceitos legais que regulem o assunto;

- XXI - Atestar as faturas referentes às aquisições de material e de prestação de serviços;
- XXII - Processar pagamento a conta dos créditos destinados a material e serviços de terceiros;
- XXIII - Registrar, guardar e distribuir o material adquirido;
- XXIV - Manter controle das quantidades do material distribuído;
- XXV - Manter controle do estoque mínimo dos materiais de uso mais freqüente;
- XXVI - Propor a troca, cessão ou venda do material considerado em desuso, bem como a baixa da respectiva responsabilidade;
- XXVII - Manter atualizado um cadastro de fornecedores e preços.

c) Através da **TEB**:

- I - Redigir a correspondência externa e os atos oficiais;
- II - Providenciar as publicações na imprensa oficial e na leiga;
- III - Instruir processos;
- IV - Expedir certidões;
- V - Organizar e manter atualizados um cadastro de nomes e endereços, inclusive "e-mails" mais usuais, para o endereçamento de correspondência;
- VI - Adquirir, registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar livros, folhetos, jornais, revistas e outras publicações e álbuns fotográficos, de "slides" ou de recortes, de propriedade da Autarquia, controlando seu empréstimo e utilização.

d) Através da **TMC**:

- I - Executar serviços mecanográficos e de cópias;
- II - Operar equipamentos fotográficos, de ditado, de projeção e de som;
- III - Guardar e diligenciar no sentido em que se mantenham em perfeitas condições de funcionamento, computadores e equipamentos de tiragem de cópias, ditado, fotografias e projeção de som, de propriedade da Autarquia.

e) Através da **TRZ**.

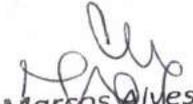
- I - Manter o primeiro contato com o público, prestando informações e recebendo, para encaminhamento aos setores, visitantes,

- queixas, sugestões, encomendas e correspondências;
- II - Organizar e manter atualizado um controle estatístico de visitantes e de uso externo das linhas telefônicas do **CRO-RO**;
 - III - Organizar e manter atualizado um cadastro de endereços telefônicos mais usuais;
 - IV - Providenciar a execução de serviços externos, solicitados pelos setores;
 - V - Executar, por solicitação dos setores, serviços internos de circulação de correspondência, livros, material, etc;
 - VI - Anotar e transmitir recados;
 - VII - Executar os serviços de distribuição de café e água nos locais de trabalho;
 - VIII - Ter sob sua guarda e controle, uma caixa de primeiros socorros e medicamentos de urgência;
 - IX - Diligenciar para que sejam mantidas em boas condições de conservação e higiene, as dependências e instalações do imóvel-sede do **CRO-RO**;
 - X - promover a limpeza das dependências e instalações do imóvel-sede do **CRO-RO** e fiscalizar a limpeza de sua parte externa, inclusive nos corredores se for o caso;
 - XI - Providenciar a remoção de lixo das dependências do imóvel-sede;
 - XII - Providenciar o conserto do material em uso;
 - XIII - Diligenciar no sentido de que se mantenham em perfeitas condições de funcionamento, as instalações elétricas, hidráulicas, telefônicas e de gás;
 - XIV - Providenciar, diariamente: a abertura das portas de acesso ao imóvel-sede e a colocação em funcionamento dos equipamentos e recursos de higiene, segurança e conforto, ao início do expediente e, o encerramento das portas e desligamento dos equipamentos, ao término;
 - XV - Exercer vigilância permanente, durante o horário de expediente nos locais de entrada, saída e permanência de visitantes.

Art. 81. As Delegacias Regionais e Escritórios de Representação serão instalados, em pontos do território estadual que, por suas condições sócio-econômicas ofereçam àqueles órgãos, melhores possibilidades de uma atuação efetiva sobre as respectivas jurisdições.

CAPITULO X DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES


Eralton Cavalcante dos Santos
Presidente CRO/RO


Marcos Alves
Advogado
OAB/RO 5136

Art. 82. A Secretaria da Presidência e demais órgãos integrantes da estrutura do **CRO-RO**____, terão chefes ou encarregados, designados pelo Presidente.

Art. 83. Compete ao Chefe da Secretaria da Presidência:

- I - Despachar, pessoalmente, com o Presidente;
- II - Despachar com os Chefes dos Setores;
- III - Cumprir as determinações emanadas da Presidência, orientando, coordenando, dirigindo e supervisionando os trabalhos do **CRO-RO** e da presidência.

Art. 84. Compete ao Consultor Jurídico:

- I - Despachar pessoalmente com o presidente;
- II - Emitir pareceres de natureza Jurídica, nos assuntos submetidos ao seu exame, por determinação do Presidente;
- III - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da Consultoria Jurídica.

Art. 85. Compete aos Chefes de Setor:

- I - Despachar pessoalmente, com o Presidente e o Chefe da Secretaria da Presidência;
- II - Despachar com os encarregados das Turmas do Setor;
- III - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos do setor.

Art. 86. Compete aos Encarregados das Turmas:

- I - Despachar, pessoalmente, com o Chefe do Respectivo setor;
- II - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da Turma.

Art. 87. Os Delegados Regionais e os Chefes dos Escritórios de Representação subordinam-se diretamente ao Presidente e suas atribuições serão estabelecidas nos atos que criarem os órgãos.

Art. 88. As atribuições, responsabilidades e demais características pertinentes às funções da tabela de empregos do **CRO-RO** serão especificadas em manual próprio.

CAPÍTULO XI ATOS DE AUTORIDADE OU NORMATIVOS

Art. 89. As deliberações da Assembléia Geral, do Plenário e da Diretoria serão proferidas através de Resoluções, Decisões e Acórdãos.

§ 1º. Resolução é o ato através do qual a Assembléia Geral, o Plenário ou a Diretoria impõem ordens ou estabelecem normas de caráter geral.

§ 2º. Decisão é o ato através do qual a Assembléia Geral, o Plenário ou a Diretoria decidem sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou sobre qualquer interpretação de disposição regulamentar.

§ 3º. Acórdão é o ato através do qual o Plenário ou a Diretoria proferem suas decisões ao julgar os processos éticos ou disciplinares.

Art. 90. As determinações da Presidência serão proferidas através de Portarias, Despachos e Ordens de Serviço.

§ 1º. Portaria é o ato através do qual a Presidência dispõe, dentro de sua competência, sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou normativa.

§ 2º. Despacho é o ato através do qual a Presidência decide sobre o encaminhamento de assunto ou lhe dá soluções.

§ 3º. Ordem de Serviço é o ato através do qual a Presidência impõe ordens ou estabelece normas de caráter interno.

§ 4º. A Presidência, no exercício da competência delegada, ou "ad referendum" do Plenário ou da Diretoria, manifesta-se também, através de Resoluções e Decisões.

Art. 91. Os Conselheiros manifestam-se, verbalmente ou por escrito, através de pareceres—conclusivos e votos.

§ 1º. Parecer—conclusivo é o ato através do qual o Conselheiro exprime a sua opinião ou modo de pensar, acerca de um fato ou situação e sugere soluções, para consideração de seus pares, após evidenciar razões que possam conduzir à aprovação do ato.

§ 2º. Voto é o ato do qual o Conselheiro manifesta a sua opinião acerca de um fato ou situação, submetidos diretamente a seu veredicto ou decisão.

Art. 92. As Comissões integradas por Membros Efetivos do CRO-RO____, manifestam-se através de Relatórios—conclusivos.

Parágrafo único. Relatório—Conclusivo é o ato através do qual os integrantes de uma Comissão exprimem coletivamente, a sua opinião ou modo de pensar, acerca de um caso ou assunto, após historiar os principais fatos e argumentos relativos aos mesmos e evidenciar, expressamente, as razões de ordem doutrinária ou legal, que possam conduzir à aprovação de suas conclusões.

Art. 93. A Consultoria Jurídica manifesta-se através de Pareceres Jurídicos.

Parágrafo único. Parecer Jurídico é o ato através do qual o órgão atende às consultas encaminhadas por intermédio da Presidência, expondo a opinião do Consultor Jurídico, fundamentada em razões expressas, de ordem doutrinária ou legal.

Art. 94. Os demais órgãos integrantes da estrutura do CRO-RO, manifestam-se através de Relatórios, Pareceres, Instruções de Serviços e informações.

§ 1º. Relatório é o ato através do qual o órgão, após historiar os principais fatos e argumentos de um caso ou assunto submetido a sua consideração, encaminha à autoridade ou órgão autor da consulta, com as conclusões, após indicar, expressamente, as razões de ordem doutrinária ou legal nas quais elas estejam fundamentadas.

§ 2º. Parecer é ato através do qual o órgão, baseado em razões de ordem doutrinária ou legal, se pronuncia sobre um assunto ou pontos controversos de uma questão, sugerindo soluções.

§ 3º. Instrução de Serviço é o ato através do qual o órgão prescreve normas a serem observadas na prática ou na execução de certos atos ou serviços.

§ 4º. Informação é o ato através do qual o servidor anota, em um processo ou documento, referência ou providência que, em razão de suas funções, tenha tomado com relação ao mesmo, ou preste esclarecimento concernente ao processo ou documento, afim de que, instruídos, subam eles à solução de autoridade superior.

Art. 95. Os Pareceres e Relatórios–Conclusivos a que se referem os artigos 91 e 92 são deliberativos, por representarem votos, e os referidos nos artigos 93 e 94 são instrutivos.

Art. 96. Os atos a que se refere o artigo 89 serão assinados, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Secretário.

Art. 97. As Resoluções e Acórdãos terão numeração cronológica infinita, procedidas da sigla do **CRO-RO** seguida de hífen.

Art. 98. Os atos de que tratam o parágrafo 2º, do artigo 89 e os parágrafos 1º e 3º, do artigo 94, terão numeração cronológica anual, por espécie.

§ 1º. As Decisões, Portarias e Ordens de Serviço terão numerações precedidas da sigla do **CRO-RO** seguida de hífen.

§ 2º. Os Pareceres Jurídicos terão numeração precedida da sigla **CRO-RO**, seguida da sigla **CONJUR**, separadas as duas por uma barra transversal, e a segunda sigla, do número por hífen.

§ 3º. As Instruções de Serviço terão a sua numeração precedida da sigla **CRO-RO**, seguida de sigla do órgão emitente, separadas as duas por uma barra transversal, e a segunda sigla, de número, por hífen.

Art. 99. As Resoluções e os acórdãos serão divulgados através de publicação na Imprensa Oficial.

Art. 100. As Decisões e Portarias serão divulgadas através de publicação no órgão interno a que se refere ao item VIII, do artigo 13.

Parágrafo único. A critério do Presidente, as Decisões e Portarias poderão ser, também, divulgadas através de publicação no órgão da Imprensa Oficial.

Art. 101. Os editais, ou quaisquer outras manifestações escritas, revestidas de cunho oficial, cuja divulgação seja feita através dos órgãos oficiais ou leigos de comunicação, sob a responsabilidade do Conselho Regional, serão firmadas, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Secretário.

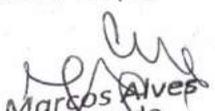
CAPÍTULO XII PROCESSOS

Art. 102. Todos os assuntos abrangidos pela competência ou compreendidos nas atribuições dos órgãos da Autarquia, pertinentes a sua administração, serão compilados, para tramitação e guarda, em autos ou processos protocolizados e fichados, com suas folhas numeradas e rubricadas.

Parágrafo único. Os autos ou processos a que se refere este artigo, após estarem decididos definitivamente, considerada a relevância dos assuntos tratados, a critério da Diretoria, serão arquivados após tombamento feito através de registro em livro próprio ou destruídos após anotação, nas respectivas fichas, dos despachos que autorizarem a providência.

Art. 103. Preparados os autos ou processos e já instruídos, serão encaminhados à Secretaria da Presidência para o despacho inicial ou distribuição aos membros da Diretoria, obedecidas as áreas de competência a que se refere o artigo 56, e seus parágrafos.


Edilton Cavalcante dos Santos
Presidente CRO/RO


Marcos Alves
Advogado
OAB/RO 5136

§ 1º. Excluem-se da norma prevista neste artigo, os processos cuja tramitação seja disciplinada por Leis, Decretos ou regulamentos específicos.

§ 2º. Os processos que, por sua natureza, exijam o pronunciamento da Diretoria ou do Plenário, serão encaminhados à consideração desses órgãos, instruídos com o pronunciamento conclusivo de um Relator ou de uma Comissão Relatora, designados pelo Presidente

Art. 104. O Conselheiro designado para a função de Relator ou membro de uma Comissão Relatora poderá, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, considerar-se impedido para o exercício da função, através de declaração fundamentada dos motivos para seu impedimento, designando o Presidente outro Relator, caso julgue procedente a incompatibilidade alegada.

Parágrafo único. Aceito o impedimento, o Conselheiro Regional não poderá participar da discussão e votação da matéria ou julgamento do processo.

Art. 105. Do expediente em que for designado o Relator ou a Comissão Relatora constará, expressamente, o prazo para a apresentação do relatório.

§ 1º. O prazo será estabelecido pelo Presidente, consideradas a complexidade da matéria e a urgência pretendida para a deliberação a ser tomada.

§ 2º. Através de pedido justificado, do Relator ou da Comissão Relatora, o prazo estabelecido inicialmente poderá ser prorrogado, a critério do Presidente.

Art. 106. A Diretoria ou o Plenário, respeitada a urgência requerida para a matéria, poderá conceder vistas de processos ao Conselheiro que solicitar.

§ 1º. A vista deferida a um Conselheiro, será considerada coletiva, beneficiando, também aos que se inscrevam, para usufruir daquele recurso.

§ 2º. O processo objeto de pedido de vistas será, automaticamente, considerado em regime de urgência, para apreciação na sessão seguinte do órgão.

Art. 107. Verificado o extravio ou deterioração de processo, será ele restaurado segundo as disposições de Código de Processo Penal sobre a matéria.

CAPÍTULO XIII PENALIDADES

Art. 108. As infrações aos dispositivos da Lei 4.324, de 14-04-64, do Decreto nº 68.704, de 03-06-71, que a regulamentou e do Código de Ética Odontológica, aprovado pelo Conselho Federal de Odontologia, sujeitará os Membros Efetivos e Suplentes do **CRO-RO**, no exercício de seus mandatos, às penalidades cominadas naqueles diplomas legais.

§ 1º. Consideradas, a gravidade da infração cometida e o grau da penalidade aplicada, os Membros Efetivos e Suplentes, do **CRO-RO** estarão sujeitos às penalidades de:

- a) Suspensão, até 30(trinta) dias, do exercício dos mandatos de Conselheiro Regional e/ou de Membro da Diretoria;

Edilton Cavalcante dos Santos
Presidente CRO/RO

Marcos Alves
Advogado
OAB/RO 5136

- b) Cassação dos mandatos de Conselheiro Regional e/ou de Membro da Diretoria.

§ 2º. A condenação na justiça civil ou criminal, constitui agravante para gradação das penalidades previstas neste artigo.

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 109. A designação **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONÔNIA** e a sigla **CRO-RO**, são de uso comum a todas as unidades regionais do **CRO-RO**.

Art. 110. O Cirurgião-Dentista eleito para exercer o cargo de Membro Efetivo ou Suplente, do **CRO-RO**, será convocado para tomar posse do cargo através de expediente do qual constará, expressamente, a data, hora e local, para efetivação do ato.

Parágrafo único. Decorridos 30(trinta) dias da data prevista para a posse sem que esta se efetive, o Cirurgião-Dentista, perderá o direito ao mandato, salvo se apresentar justificativa que, a critério do Presidente mereça acatamento

Art. 111. Caberá ao Presidente do **CRO-RO**, quando presente a reuniões e solenidades promovidas pelas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação, a presidência dos trabalhos respectivos.

Parágrafo único. O representante, credenciado pelo Presidente, gozará das mesmas prerrogativas.

Art. 112. A proposta da Presidência ou da Diretoria que deixar de ser votada em 02(duas) reuniões consecutivas, por falta de "quorum", será tida como aprovada.

Art. 113. Completam este Regimento as Resoluções e Decisões do **CRO-RO**, durante as respectivas vigências.

Art. 114. Este Regimento poderá ser alterado, por deliberação da maioria absoluta do Plenário, mediante proposta firmada por 03(três) Conselheiros, submetida à apreciação de uma Comissão Relatora integrada por 03(três) membros, desde que não entrem em choque com o Regimento Interno do Conselho Federal e suas Resoluções.

Art. 115. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Presidente, "ad referendum" do Plenário, nos casos em que a urgência requerida pelo assunto obrigue a providência.

Porto Velho (RO), 23 de setembro de 2016.

Hailton Cavalcante dos Santos

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
Presidente do CRO-RO



Marcos Alves
Advogado
OAB/RO 5136



a) 50% se pago em até seis parcelas, com vencimento para 30, 60, 90, 120, 180 e 210 dias;
 b) 25% se pago em até 12 parcelas, com vencimento para 30, 60, 90, 120, 180, 210, 240, 270, 300, 330, 360 e 390 dias), comprometendo-se o DEVEDOR a pagar o débito estipulado na Cláusula Segunda, conforme discriminado abaixo:

PARCELAS	VALOR	DESCONTO	VENCIMENTO
1ª			
2ª			
3ª			

Cláusula Quarta - Fica conveniada entre as partes que o não pagamento pelo DEVEDOR de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará na imediata rescisão deste Termo, com o vencimento total do saldo remanescente, passando o débito a ser inserido na Dívida Ativa do CREDOR, com os acréscimos legais.

Cláusula Quinta - O não cumprimento do acordo acarretará:

I. A continuidade dos trâmites no processo de execução fiscal já ajuizado, se for o caso, ou a aplicabilidade da Resolução CFFA n. 421/2012.

Cláusula Sexta - O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer Notificação ou Intercâmbio para constituir o DEVEDOR em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo, sendo que o simples e puro inadimplemento já obrigará o DEVEDOR a pagar a totalidade remanescente com os acréscimos legais.

Cláusula Sétima - A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em duas vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

de _____ de 20____
 Assinaturas das Partes
 Testemunhas:

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
ACÓRDÃO

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
 RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 7238/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 10.361/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo deponente, mantendo a decisão do Conselho de origem, de INTERDIÇÃO CAUTELAR DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, prevista na Resolução CFM nº 1.987/2012, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de setembro de 2016 (data do julgamento). CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; NEMESIO TOMASELLA DE OLIVEIRA, Relator.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
 RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 4256/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7978-044/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na Resolução CFM nº 3.268/87, para ABSOLUÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 59 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de agosto de 2016, (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREAÇÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2550/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.066-059/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão de Sentença Terminativa sem análise do mérito por inexistência do recurso, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de agosto de 2016, (data do julgamento) SIDNEI FERREIRA, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4277/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.493-485/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/87, por infração ao artigo 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU

13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de agosto de 2016, (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; SIDNEI FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1716/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.218-210/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", de acordo com a letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/87, por infração aos artigos 29 e 34 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 6º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 17 de agosto de 2016, (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREAÇÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5520/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 17/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão que NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO POR INTIMPESTIVIDADE, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de setembro de 2016 (data do julgamento). MARIA DAS GRAÇAS CREAÇÃO SALGADO, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO
 RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12185/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Sindicância nº 038/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de julho de 2016, ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIZ ANTONIO DE AZEVEDO ACCIOLY, Relator.

Brasília-DF, 6 de outubro de 2016.
 JOSE FERNANDO MAIA VINAGRE
 Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
ACÓRDÃO

Acórdão nº 55 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 6.935/2015. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Gerson Harrop Filho.

Acórdão nº 58 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 7.300/2015. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Gerson Harrop Filho.

Acórdão nº 59 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 3.948/2015. Origem: CRMV-AM. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Gerson Harrop Filho.

AMILSON PEREIRA SAID
 Presidente da 2ª Turma

ACÓRDÃO DE 17 DE JUNHO DE 2016

Nº 43 - 1T. PA CFMV nº 1.810/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Nº 44 - 1T. PA CFMV nº 1.886/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Nº 45 - 1T. PA CFMV nº 1.887/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Nº 46 - 1T. PA CFMV nº 1.815/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Nº 48 - 1T. PA CFMV nº 1.883/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Nº 55 - 1T. PA CFMV nº 2.080/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Nº 63 - 1T. PA CFMV nº 1.880/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA
 Presidente da 1ª Turma

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

DECISÃO Nº 58, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Aprova o Regimento Interno do CRO-Rorônia.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso da competência a que se refere o item IV, do artigo 9º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução CFO-34, de 29 de outubro de 2002, e no desempenho da atribuição indicada na alínea "b", do artigo 4º, da Lei no 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto no 68.704, de 03 de junho de 1971 e aditada pela Lei no 5.965, de 10 de dezembro de 1975, "ad referendum" do grande plenário, decide:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia.

Art. 2º. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial.

JULIANO DO VALE

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece o valor das anuidades, serviços e multas para o exercício de 2017 para as pessoas físicas e jurídicas vinculadas ou não ao sistema conter/crtrs e às outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, por intermédio de sua Plenária, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei nº 7.394 de 29 de outubro de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 92.790 de 17 de junho de 1986, Lei nº 10.508/02 e Regimento Interno do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, CONSIDERANDO que para cumprir suas finalidades de relevante interesse público e proteção à sociedade na FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, os Conselhos Nacional e Regionais de Técnicos em Radiologia, devem dispor de recursos que permitam manter sua autonomia administrativa e financeira; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011 autorizou os Conselhos de Fiscalização de Profissionais regulamentados a fixar os valores das anuidades, taxas e multas, bem como cobrar e executar as contribuições anuais, devidas por pessoas físicas e jurídicas; CONSIDERANDO que a Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004 que, em seu artigo 2º, AUTORIZA os Conselhos de Fiscalização de Profissionais regulamentados a fixar as multas e os preços de serviços relacionados com suas atribuições legais, que constituíram receitas próprias do Sistema CONTER/ CRTRS; CONSIDERANDO a decisão do Plenário do CONTER, na SEÇÃO UNICA da II Reunião Plenária Ordinária do VI Corpo de Conselheiros, realizada no dia 07 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º - A anuidade de 2017 para PESSOA FÍSICA (TÉCNICO, TECNÓLOGO E AUXILIAR EM RADIOLOGIA), caso o pagamento seja efetuado até o dia 10 de janeiro de 2017 receberá um desconto de 10%, se paga em cota única, ou em sendo paga entre 11 de janeiro de 2017 e 10 de fevereiro de 2017, receberá um desconto de 5%, podendo ainda optar o contribuinte pelo pagamento do valor de cada mês a contar de janeiro. Art. 2º - O valor da anuidade de Pessoa Física (TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA), por ano de 2017 a ser recolhido pelo Sistema CONTER/CRTRS, será de R\$ 413,67 (quatrocentos e treze reais e sessenta e sete centavos), com vencimento no dia 10 de março de 2017, para pagamento integral. § 1º - A anuidade de 2017 para Pessoa Física (TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA) poderá ser paga em cota única ou em até 3 (três) parcelas, conforme quadros demonstrativos abaixo:

a) PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

Data de Vencimento	Total a pagar
10/01/2017	R\$ 372,30
10/02/2017	R\$ 392,99
10/03/2017	R\$ 413,67

PAGAMENTO PARCELADO

Nº da parcela	Data de Vencimento	Total a pagar
1ª parcela	10/01/2017	R\$ 137,89
2ª parcela	10/02/2017	R\$ 137,89
3ª parcela	10/03/2017	R\$ 137,89

Marcos Alves
 Advogado
 OAB/RJ 5136



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA



DECISÃO CFO-58/2016

**Aprova o Regimento Interno do
CRO-Rondônia.**

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso da competência a que se refere o item IV, do artigo 9º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução CFO-34, de 29 de outubro de 2002, e no desempenho da atribuição indicada na alínea "b", do artigo 4º, da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 68.704, de 03 de junho de 1971 e aditada pela Lei nº 5.965, de 10 de dezembro de 1973, "ad referendum" do grande plenário,

DECIDE:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia.

Art. 2º. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial.

Brasília (DF), 06 de outubro de 2016.


EIMAR LOPES DE OLIVEIRA, CD
SECRETÁRIO-GERAL


JULIANO DO VALE, CD
PRESIDENTE

MSA/pap.